

2. Preparando a terra

Certa vez, na sua escola primária, nos idos dos anos setenta, um menino de idade em torno de onze anos passava rifa de uma pequena câmera fotográfica, frágil, rudimentar, mas que para a época e, sobretudo, para uma criança, tinha grande valor. Faltavam poucos números para completar os vinte e cinco que compõem a loteria do jogo do bicho.

Sensibilizado com a situação de um colega, que apesar de fascinado pelo objeto, mostrava-se frustrado por não poder comprar um dos números, Mauro, o menino da rifa, decidiu incluir o colega na extração. Acusando como número sorteado um daqueles que ainda não haviam sido vendidos, entrou sala adentro com a lista na mão, anunciando que “deu porco, dezoito, e quem ganhou foi o Valter!”.

A trapaça representava para ele uma causa justa, essa era a verdade que lhe interessava. Valter, por sua vez, estava feliz, pois ganhara a máquina que tanto desejara. Não havia gasto dinheiro, até porque não o tinha para pagar. No entanto, também tinha agora um problema: sua mãe não lhe dava dinheiro. Também porque não o tinha, mas, principalmente, porque, segundo seu modo de educar, criança não deveria ter acesso a dinheiro. O lanche era provido de uma limonada e pão com manteiga. E ainda que tivesse ele algum trocado, não aceitaria sua mãe que fosse utilizado para jogo.

A conclusão arranjada foi de que a Tequinha seria um prêmio dado pela professora, por ter se destacado na turma. Assim, Valter criou a história oficial da aquisição da câmera, de cunho altamente meritoso. Da mesma forma como Mauro já havia criado a história oficial da rifa. A partir de duas mentiras (a primeira, uma fraude, inclusive) se constituíram duas verdades históricas, incontestáveis.

Esta ingênua memória faz-se como uma breve introdução para a seguinte reflexão: hipoteticamente imaginando a história da Tequinha como algo de valor,

envolvendo algum interesse histórico para determinado grupo, sobretudo sendo este grupo detentor de poder, se escrita fosse, certamente desta forma é que a história seria documentada e arquivada. Não passa de uma frágil simulação, mas pode demonstrar o que de fato é servido como boa parte de acervo documental aos pesquisadores. Não que ele constitua uma grande farsa e torne a história oficial algo fraudulento e inútil. Muito menos que toda a história oficial seja ofensiva. Entretanto, julgo ser prudente a apreciação indiscriminada de toda fonte de informação, para que de uma análise isenta de preconceitos seja possível extrair da matéria, uma nova possibilidade de leitura, um novo olhar. Por isso defendo que o que se fala deve ser respeitado.

Em meados do século XVIII o Marquês de Pombal assume o cargo de Primeiro Ministro em Portugal e, em prol da metrópole, com o intuito de tentar aproximar um estagnado Portugal das demais nações europeias, sobretudo França e Inglaterra, passa a promover várias e incisivas medidas no Brasil-Colônia. Dentre algumas das medidas visando à revitalização da metrópole, destacam-se o controle do Estado sobre os antigos territórios do sistema de capitanias hereditárias e o deslocamento da capital, de Salvador para o Rio de Janeiro.

Na nova capital, pela necessidade de se criar um ambiente com melhores condições de habitação, pois que àquela época ainda era um território quase selvagem e sem organização social, vão sendo realizadas melhorias a partir de algumas medidas adotadas por Pombal. Ocorrem divisões e distribuições de terra em que os novos proprietários, em forma de permuta, promoviam benfeitorias ou arcavam com impostos pela não realização destas. A região denominada Mata-Porcos estava geograficamente no centro dessas intervenções e protagonizou o início de uma cultura que mais tarde se consolidaria como a mais importante produção agrícola do país.

Por volta de 1760, foram plantadas as primeiras sementes de café no Rio de Janeiro. No início como cultura de quintais e chácaras. No sítio de holandeses João Hoppmann, em Mata-Porcos, foram plantados grãos selecionados entre os pés que produziam melhor e mais rápido. Esse foi um dos principais núcleos do cultivo de café, e ali teve início um novo ciclo que mudou a história do Brasil. Colhidas principalmente desses cafeeiros de Mata-Porcos, as sementes de café foram espalhadas pelo Rio de Janeiro, seguiram para o Vale do Paraíba, São Paulo, Minas Gerais e, por fim, para todo o Brasil.(VILHENA; CASTRO, 2013, p.40).

Ocorre também um acentuado aumento na fiscalização e cobrança de impostos sobre produtos explorados, em especial o ouro. Em função disso, são criados o Estado do Grão-Pará e Maranhão e com eles a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. Estas companhias funcionariam como mecanismos de intensificação na exploração e comércio das riquezas da colônia. Porém, talvez a medida mais contundente e que ainda hoje apresenta reflexos expressivos na sociedade brasileira, foi a dissolução do sistema de ensino vigente implantado pelos jesuítas, por conta da expulsão destes, interrompendo um modelo de educação estabelecido há duzentos anos.

Se até aquele momento o ensino da língua era conduzido pela batuta da Igreja Católica, ou seja, uma espécie de catequese linguística tornava a educação prisioneira dos dogmas religiosos, a partir da reforma pombalina o que se deu foi uma total desestruturação pedagógica. Uma vez desocupados, os colégios antes pertencentes aos jesuítas passaram a pertencer ao Estado. Os antigos leigos formados pelos antigos mestres passaram à condição de mestres, cumprindo o que Pombal instituiu como “aulas régias”, que eram aulas avulsas no ensino de Latim, Grego, Retórica e Filosofia. Todavia, imaturos e carentes de fundamentação necessária, os novos professores apenas implementavam, na verdade, um quadro ineficaz de ensino, de uma educação tão fragmentada quanto seletiva, com claras semelhanças ao modo como se apresenta nos dias atuais o ensino público e, em muitos casos, também o particular. Perversamente pensado e produzido dessa forma, para ser destinado às classes de menor poder aquisitivo.

Em boa parte dos casos a utilização dos livros dava-se muito mais como ornamento de estantes e artigo de status social. Sem contar que a distribuição desses livros era desigual para a sociedade da época. Como sempre, a dificuldade de acesso a eles pela população economicamente inferiorizada era muito maior e isso acentuava claramente apenas um controle hierárquico, estrategicamente manobrado pelas autoridades.

No bojo de todas essas alterações administrativas, cuja principal intenção era unificar a colônia para tornar mais forte a metrópole, Pombal resolve tornar a língua portuguesa a língua oficial e única para todo o país. Mas seu intento não pode ser alcançado, na medida em que outras línguas vigoravam dentre a eclética

população que se formava. Línguas africanas e indígenas, embora sofrendo todo tipo de pressão para serem suprimidas, não sucumbiram a mais essa arbitrariedade. Esses dois povos que àquele período já constituíam a maior parcela da população, como sofressem com tal imposição tamanha dificuldade em se adaptar à língua portuguesa, mantiveram pela oralidade a transmissão de suas culturas, mesmo estando suas próprias línguas também já sofrendo um natural processo de miscigenação.

Na segunda metade do século XVIII, sob Pombal, a Coroa começou a desenvolver uma política de língua, impondo o uso do português e priorizando a gramática portuguesa. No Grão-Pará e Maranhão, área em que esta política foi mais incisiva, procurou-se difundir o português para legitimar a posse da terra e, inversamente, coibir o uso do nheengatu, visto como um obstáculo e, principalmente, temido como meio de controle dos índios pelos missionários. Renomearam-se as aldeias indígenas com nomes de localidades portuguesas (Santarém e Soure, por exemplo), proibiu-se o uso de outra língua que não o português e incentivou-se o ensino deste, primeiro, por escolas locais e, depois, por seminários, em que os alunos viviam sob internato. Os êxitos, porém, foram restritos. O ensino do português nas escolas locais não levou ao abandono do nheengatu, em virtude da força deste na cultura oral, no privado e no público. (VILLALTA, 1997, p.340 e 341).

Dessa forma, o que se lê e o que se ouve na história do Brasil muitas vezes soam na mesma nota, mas a pena não foi tão ágil e justa em muitos momentos como deveria ser. Sobretudo, ao se levar em conta a mão que a dirigia. Com isso, a língua, este órgão sinuoso e insinuante, tratou de criar regras próprias para construir a história extraoficial, que sustenta a oficial e ainda se impõe com mais beleza e sedução. Por ela seduzido e reafirmando meu ideal, parto deste ponto sem ambições empíricas maiores que não sejam, prioritariamente, ouvir o que se fala.

Outro aspecto a ser observado encontra-se na pioneira semeadura de grãos de café naquela ocasião, no período pombalino. Tratava-se de uma medida inovadora visando ao desenvolvimento do país, obviamente para o enriquecimento de Portugal. Mas, curiosamente – e até pode ser visto como meramente acidental – foi na antiga Mata-Porcos, ou nos dias de hoje, a região do Estácio, nas encostas dos morros – e certamente no São Carlos – que o plantio de café teria tido seu início, ao menos em terras fluminenses. Entretanto, ali tal cultura não se fixou e migrou para o interior, para cidades do Vale do Paraíba, onde estas até hoje desfrutam do prestígio histórico, por terem sido fundamentais no chamado “ciclo do café”.

Séculos depois, antigas fazendas tornaram-se polos turísticos, atraindo milhares de visitantes para aquelas cidades, usando como apelo inegável a importância histórica daquele período em que elas foram responsáveis pela principal produção de riqueza do país. O café que em diversas cidades do sul fluminense contribuiu não só com a economia, mas com a promoção dessas cidades sob o aspecto histórico e, por conseguinte, turístico, sequer é mencionado como cultura pioneira em solo “estaciano”.

Muito desse desconhecimento geral pode ser atribuído a vários fatores, mas um em especial não há como refutar. Surgiam ali os primeiros indícios da transitoriedade que iria acompanhar a vida daquele lugar no seu percurso histórico, em vários aspectos de sua formação e de seu desenvolvimento. Fora, talvez, um dos primeiros valores brotados no Estácio que simplesmente viria alcançar reconhecimento e se consagrar em definitivo noutras freguesias.

A lembrança da vida da gente se guarda em trechos diversos, cada um com seu signo e sentimento, uns com outros acho que nem não misturam. Contar seguido, alinhavado, só mesmo sendo coisas de rasa importância. (...) Assim eu acho, assim é que eu conto. O senhor é bondoso de me ouvir. Tem horas antigas que ficaram muito mais perto da gente do que outras, de recente data. O senhor mesmo sabe.

João Guimarães Rosa¹

2.1. Santos Rodrigues e Santos de Brito

O primeiro passo em direção à meta estabelecida foi iniciar minha subida ao antigo Santos Rodrigues (atual São Carlos). Para isso fiz um percurso, inicialmente, no mínimo inusitado. Dirigi-me ao bairro de Campinho, subúrbio do Rio, a fim de voltar no tempo e subir o Morro de São Carlos dos anos 1950, guiado pelo senhor Porfírio Santos de Brito Filho, 68, ou simplesmente Seu Firinho. Nascido no alto do São Carlos, oriundo de uma numerosa família que foi pioneira na ocupação do Morro, ele mesmo me adverte: “sou o mais novo de uma geração, você precisa falar com os mais velhos!”.

A mudança do São Carlos para o atual endereço se deu por conta do crescente perigo instaurado com a chegada e proliferação do narcotráfico, a partir, principalmente, da década de setenta. Assim como ele, outros antigos moradores também migraram para outros bairros, onde a sensação de segurança lhes permitisse envelhecer com uma vida mais tranquila. Ainda que toda a cidade, de modo geral, viesse também sofrendo ao longo dos últimos tempos o mesmo processo das áreas mais carentes, reconhecidamente nas áreas mais afetadas pela territorialização de facções criminosas e o comércio das drogas, o risco de um sinistro parece mais latente.

Membro atuante da velha guarda da GRES Estácio de Sá, ele veste o paletó da escola e me recebe sob uma aura de cortesia e formalidade. “Se é pra falar do Estácio tenho que me apresentar deste jeito, representando a Estácio.” Seu Firinho tem sofrido nos últimos tempos de problemas com a saúde, inclusive

¹ ROSA J.G. *Grande sertão: veredas*. / João Guimarães Rosa – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, p. 98-99.

passando recentemente por uma cirurgia. Mas mostrou-se bastante disposto para a entrevista, pois como ele fez questão de salientar, “já passou da hora de alguém querer ouvir o que a Velha Guarda tem pra falar. O Estácio não tem memória!” – sentencia ele.

Uma tela na parede ao fundo chamava à atenção. Figuras masculinas em trajes característicos da agremiação, com camisas listradas em vermelho e branco e calças brancas, em torno de um casal de mestre-sala e porta-bandeira. Ao perceber o esforço do meu olhar que se alongava, a fim de compreender a pintura, Seu Firinho se adiantou em informar que era obra de Wanderley Caramba, e que reproduzia um antigo casal de mestre-sala e porta bandeira da escola. Nesse momento, Seu Firinho destaca incisivo: “O Caramba é um grande nome da Estácio, tem muita história, mas ninguém o reconhece como deveria”. Segundo ele, o apelido que acompanha o nome próprio se deu a partir de um samba de Wanderley, que de tão conhecido no Morro e de tão cantado por toda a comunidade do Estácio, acabou sendo gravado e passou a lhe servir de pseudônimo.

Coincidentemente, conheci o Seu Wanderley Caramba quando ainda nem imaginava que um dia iria escrever algum trabalho sobre a Estácio ou o Estácio. Fora, inclusive o meu primeiro contato com a agremiação, na tal feijoada para a qual fui convidado pelo amigo Gustavo. Estive ali ouvindo algumas de suas histórias, mas depois daquela oportunidade não consegui mais estabelecer qualquer contato com ele. Soube apenas que estava com problemas de saúde e ninguém nunca soube me informar seu endereço. A fala do Seu Firinho que soou como uma sentença – “O Estácio não tem memória!” – ganhou respaldo imediato diante dessa minha experiência mal sucedida. Como pode um nome tão expressivo, um baluarte – e isto dito por tanta gente com quem falei posteriormente – não ter seu paradeiro conhecido por quase ninguém da escola? Daquele momento em diante impus-me o dever incansável de encontrá-lo, mas confesso minha frustração em não tê-lo mais visto. Ficaram, no entanto, algumas lembranças daquela mesa que mais à frente revelarei com outras informações apuradas a seu respeito.

A queixa de Seu Firinho é uma queixa comum entre os membros da Velha Guarda daquela agremiação. Vaidade não parece ser o caso, mas não se pode ignorar uma quase necessidade que eles demonstram de ver reproduzidas em informação e reconhecimento as muitas histórias que percorrem as conversas daqueles senhores, quando em seus encontros. Talvez possa parecer para alguns apenas um sintoma da idade e as correlações que isso traz. Algo como sentimento de perda de valor, medo de ser esquecido, ou mesmo de nostalgia e saudosismo. Por outro lado, isto não periga ser um crime. Crime seria fechar os olhos e os ouvidos para as suas queixas. Mais ainda, para a grande janela de contos e memórias que eles, generosamente, apenas querem nos abrir, desde lá do alto do Morro até o Largo do Estácio.

Tão agradável mister facilitava o que na verdade não era algo simples. Ficaria tranquilamente por muitas horas mais com o Seu Porfírio partilhando o exercício de suas memórias e reproduzindo em narrativas o conteúdo destas. Tanto tempo quanto ele me permitisse ouvi-lo. Mas, certamente, momentos iguais àquele, obviamente envolvendo também outras personagens dessa mesma trama, deveriam necessariamente se tornar uma constante desde então.

O discurso de Seu Firinho, embora muito seguro e bem elaborado, parece às vezes soar confuso, pois ora ele usa o artigo masculino, ora usa o artigo feminino antecedendo o substantivo Estácio. Entretanto, na verdade a confusão era do entrevistador, que só depois de algum tempo pôde perceber que não há como dissociar o Estácio da Estácio. A história do bairro se construiu do que mantém viva a escola, que é o samba. Isso me fez pensar sobre uma palestra dada pelo professor Roberto Corrêa dos Santos², na PUC-Rio, em que naquela ocasião ele citava o artigo definido como o “carrapato” que antecede o substantivo e o determina. Estaria talvez aí minha confusão quando Seu Firinho ora usava A Estácio para se referir aO Estácio, ora mencionava O Estácio para falar dA Estácio. Era ainda a noção de “partilha” sustentada também pelo professor, em que o feminino “roçava” insistentemente, durante o percurso histórico, com o masculino.

² Palestra dada na PUC-Rio como atividade do Programa de Pós-Graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidades (PPGLCC), em 04/11/2014.

Logo de início ele determina: “para falar do Estácio tem que se falar das mulheres do Morro, porque o Morro era matriarcal.”. A afirmação sobre o matriarcado por ele sugerido vai ao encontro de outras falas que no decorrer da pesquisa pude identificar. No documentário *O rugido do Leão*, de Leonardo Pirovano (Brasil, 2005), o mesmo argumento é defendido por Adilson de Almeida e assentido pelos demais depoentes presentes, dentre os quais Tia Nicinha, o aclamado Zeca da Cuíca e Wanderley Caramba. Categoricamente o Adilson revela que “as mulheres participaram na fundação da escola Unidos de São Carlos”. E sua afirmação leva a autoridade de quem não só teria sido uma testemunha da fusão das escolas que a originou, mas de escriba – como se autointitulou – dos termos que a assembleia determinara com a assinatura do mútuo acordo.

A partir dessa colocação inicial, Seu Firinho elencou uma relação de senhoras, todas por ele mesmo denominadas “tias”, não esquecendo obviamente daquela que, segundo ele, foi uma precursora na povoação do Morro, Tia Carlota, sua avó. “Tia Atanásia, mãe de Zacarias, Tia Cristina, Sinhá, Floriana, eram elas que mandavam”. Segundo ele, as “tias” dominavam as ações e as várias realizações no alto do São Carlos, a festa de São Sebastião, tudo era regido por elas.

Ele conta que assim como sua avó, “Tia Carlota, mineira de Volta Grande”, muitas outras famílias de mineiros também vieram para o Morro e a maioria se concentrou na parte alta, mais voltada para o Catumbi. Daí o morro vizinho, também por conta de uma ocupação numerosa de grupos mineiros, porém mais para os anos 1950, receber posteriormente o nome de Mineira.

Curioso é notar e associar a observação de Seu Firinho sobre o suposto matriarcado, uma vez que o nome dado a esse morro, também supostamente decorre de uma homenagem a Maria da Silva Dias César³, conhecida como “Mineira”. Ela, na verdade, nascera em Cantagalo, interior do Estado do Rio, mas vivera desde pouca idade no interior de Minas, até se transferir para o lugar que

³ Disponível em: http://download.rj.gov.br/documentos/10112/556509/DLFE-6762.pdf/plano_historia_memoria.pdf, acessado em 17/12/2016.

mais tarde seria batizado com seu apelido. Sua atuação como parteira foi determinante para o nascimento de muitas crias no morro, daí o reconhecimento justo dos genitores destes e dos próprios rebentos, posteriormente, que vieram ao mundo pelas mãos dela.

Em que pese seja grande o amor da família Santos de Brito pela Estácio, o membro mais envolvido com o samba na verdade não era o Seu Firinho. Além dele havia os irmãos Raimundo, Osvaldo, Rogério, Edemil e Jerusalém, este mais conhecido como Zelém. Porém, conforme o próprio Firinho admite, dentre eles quem realmente se destacou como sambista foi o premiado percussionista Rogério Pandeiro de Ouro. “Meu irmão era danado, ele era incrível!”.

O grupo formado por Carlinhos Pandeiro de Ouro, como ficou conhecido ao ganhar um concurso realizado em 1966, ficaria completo com a inserção de Rogério e Pimpolho e conquistaria o mundo como Trio Pandeiro de Ouro. Com várias premiações e muito aclamado por onde passou, o trio viajou por diversos países se apresentando e exibindo não só a arte de se tocar pandeiro, mas de como fazê-la de forma altamente performática. Abusando de acrobacias e malabarismos, com os corpos e os instrumentos, esse trio marcou a história do samba nos anos de 1970 e 1980.

Rogério foi um filho ilustre do São Carlos, não só pela carreira notável que construiu, mas pela doce figura que a todos encantava no mundo do samba e na vida cotidiana. Muito embora a profissão de policial civil pudesse ser um indicativo de austeridade, nem mesmo isso lhe agravava os modos, e a candura era realmente o que lhe marcava. Em conversa com seu filho, Alexandre Brito, o mesmo me diria que Rogério era “um agregador, queria sempre a família junta”, e que ainda hoje muitas portas são abertas para ele em razão de boas relações que o pai criara no passado.

O fato é que o destino lhe reservou como último carnaval o de 1995, para na sexta-feira que antecederia ao desfile das campeãs tirá-lo definitivamente da passarela e da vida. Havia encerrado seu plantão na delegacia de Pilares e ia para Copacabana, de ônibus. Segundo Alexandre, seu pai havia telefonado para ele e marcado para se encontrarem no sábado, no Terreirão do Samba, mas o encontro jamais aconteceu. Cansado do serviço de vinte e quatro horas, Rogério dormiu

durante a viagem e só despertou quando percebeu alguém mexendo em sua bolsa. Apesar de policial, pelo próprio estilo de vida ele não portava arma, mas se atracou com o assaltante que o apossava. No entanto, outro assaltante que estava armado disparou fatalmente contra ele, pondo fim a uma página histórica do Morro de São Carlos, do Estácio, da arte de tocar pandeiro e do samba. A notícia ganhou destaque em jornais e televisão, o mundo do samba chorou, a família e os amigos lembram até hoje, mas muito pouca coisa além disso alimenta a sua memória. Apenas na Mangueira há exaltação ao trio, especificamente sobre a figura de Carlos Alberto Sampaio de Oliveira, o Carlinhos Pandeiro de Ouro, cujo nome a escola consolidou. Mesmo optando por viver no exterior, em 2014⁴ recebeu homenagem na verde e rosa, e sua história pode ser encontrada em alguns sites, muitos deles com textos em inglês. Quanto a Wilsom Pedro de Almeida Filho, o Pimpolho, falecera recentemente, em 2016, aos 68 anos, vitimado pela diabetes. Oriundo da Mangueira, segundo sua esposa e companheira de samba, Poly Gomes, já há uma movimentação na escola para que seja oficializada uma homenagem a este filho daquele morro e da Estação Primeira. Nada mais justo e merecido a quem sustentou a bandeira do samba como poucos e pôde levar a cultura popular deste país mundo a fora, no ritmo do pandeiro e na sinuosidade do corpo mestiço de carioca e de brasileiro.

Talvez a história de Rogério seja mais um caso que vá alimentar a tão reclamada falta de memória. Entre gestos de mãos e olhos, Seu Firinho parece indicar isso ao comentar sobre o irmão. Mas, apesar de tudo, como continuação de nosso encontro, mostrando-se confortável no papel de entrevistado e usando de toda sua eloquência, Seu Firinho prosseguia: “O castigo pra gente daquela época era quando se mandava alguém buscar água na mina, na balança, lá na mina, atrás de onde é o cemitério do Catumbi”.

A balança a qual Seu Firinho se refere é a composição de duas latas de vinte litros, dependuradas, uma em cada extremidade de um pedaço de madeira resistente com tamanho em torno de um metro, que se levava sobre os ombros na condução da água. A distância para se buscar água normalmente era longa e esse

⁴ Disponível em: <http://www.rotadosamba.com/museu-do-samba-registra-depoimento-de-carlinhos-pandeiro-de-ouro>. Acessado em 09/03/2017.

artifício servia para equilibrar o peso e atenuar a lida, reproduzindo realmente a ideia de uma balança.

Balança, aliás, era o nome do largo onde se reuniam os malandros do Estácio, para entre outras coisas, jogar ronda e fazer samba. Hoje em dia não se tem uma localização muito precisa de onde seria o Largo da Balança. No samba “Tempos idos”, Cartola e Carlos Cachça se referem a uma balança “onde os malandros iam sambar” como sendo próxima à Praça Onze. Humberto Franceschi (2010) em seu *Samba de sambar do Estácio* questiona o real significado da balança e sua localização, reconhecendo apenas seu nome como um símbolo.

Alheio a outras posições sobre este ponto, Seu Firinho – bem como outras fontes – sustenta que o local era um lugar de pesagem relacionado “à indústria ou ao comércio”, e que ficava onde hoje está erguida a estátua de Ismael. Controvérsias à parte, o fato é que na primeira metade do século vinte, toda aquela região era um ambiente em construção e sem fronteiras significativas, como de certo modo, em aspectos gerais ainda parece ser.

A conversa foi agradavelmente interrompida por Tia Lúcia, esposa e companheira de velha guarda, que nos trazia uns quitutes. Ao notar que ele me acompanhava em uma cerveja, além da cortesia, veio conferir se a dele era sem álcool. Justificando-se que era realmente sem álcool, Seu Firinho aproveitou e, dedo em riste, emendou com mais uma observação: “inclusive a primeira cervejaria desta marca – indicava a lata que tinha na mão – foi erguida ali naquela região”. Seu comentário expressava não só a referência a algo relevante, mas fundamentalmente o pesar e a incredulidade pelo destino da antiga fábrica.

A tal cervejaria fora fundada na Rua Visconde de Sapucahy (atual Marquês de Sapucaí) em 1888. Tornou-se patrimônio histórico, mas foi destombada e demolida em 2011, para ampliação do Sambódromo. Uma vaga possibilidade na lei que oficializava o tombamento do prédio permitiu a revogação daquela medida, diante de interesses que envolviam a ampliação da passarela do samba, com aumento das arquibancadas e a criação de instalações para acolher modalidades esportivas, durante os Jogos Olímpicos de 2016. Com isso, a implosão no ano de 2011 soterrou um capítulo secular da história da cidade e do país.

Em sua indignação e tristeza, Seu Firinho demonstra, com sua reação, sensibilidade e respeito à memória da cidade. Sentimentos simplesmente desimportantes para a expansão empresarial, comercial e financeira, articulada em parceria pelos gestores estadual e municipal, além, obviamente, da principal envolvida na questão, a AmBev. A “Manufatura de Cerveja Brahma Villiger & Companhia”, primeira cervejaria da Brahma, conforme o artigo da museóloga Zenilda Ferreira Brasil, foi instalada na então Rua Visconde de Sapucahy, nº 122, “em busca de um sabor mais europeu”, produzindo cerca de doze mil litros de cerveja por dia. Trazia no rótulo a imagem de uma mulher sobre um barril, ostentando uma caneca de cerveja, e a inscrição com o endereço da cervejaria. A projeção histórica desse produto, sob o aspecto comercial, passa, indubitavelmente, pelo aspecto cultural, de assimilação do seu paladar pelo consumidor carioca, tornando-se para este público a preferência no gênero. Sua popularidade foi sempre determinante no Rio de Janeiro. Algo que chegou a ser explorado pela própria cervejaria e que certamente serviu de promoção, tanto para ela financeiramente, como para o samba, que também se lançava ao gosto popular, conforme o trecho seguinte da versão parodística de *Pelo telefone*.

Até a cervejaria Brahma se valeu da onda para lucrar alguns milhares de réis a mais, utilizando a música nos anúncios de uma de suas marcas mais populares, a Fidalga: “O chefe da folia/ Pelo telefone/ Mandou me dizer/ Que há em toda parte/ Cerveja Fidalga/ Pra gente beber!”⁵.

Embora pareça não haver nada de precioso nessa informação, que nem constitui nenhuma novidade, vale uma indagação: como num espaço de classes populares, com operários, malandros, policiais, meretrizes, por alguma razão – ou não – “calhou de” brotarem e se tornarem indissociáveis, de forma irrefutável, estas que são duas reconhecidas preferências no gosto dessa camada social: o samba e a cerveja? Curiosamente, ambos se instauraram no mesmo território e se estabeleceram em um harmônico casamento, sem prazo de validade, que se renova a cada brinde, em qualquer lugar onde uma ou mais pessoas se reúnam em torno deles, como estávamos inconscientemente fazendo, eu e o Seu Firinho, no

⁵ NETO L. *Uma história do Samba: volume 1(As origens)* / Lira Neto. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p.96.

momento da entrevista. Eram as memórias do velho Estácio, o samba e a cerveja o que nos envolvia e nos fazia, por instantes, refletir em silêncio.

Para primeiro encontro programado com um membro da velha guarda, algumas questões se colocaram claramente ao que eu pretendia como pesquisa e produção. Interessante é poder admitir sem o menor receio que causa verdadeira apreensão o inesgotável desnovelo que se prenunciou nesse dia. Como ele mesmo salientou no começo da entrevista, Seu Porfírio é o mais novo de sua geração e, ainda assim, passamos uma tarde inteira envolvidos por lembranças deliciosas. Em oposição ao que oferecem como deleite, tais lembranças infelizmente também estão sujeitas à deleção, passíveis de se desfazerem, polvilhando de vazio a história, qual poeira dos escombros da velha fábrica de cerveja. Por tal razão esse exercício de memória deve ser constante. Bergson (2006) defende que a memória “prolonga o passado no presente” ⁶. É, portanto, tão necessário quanto deve ser natural, através dela se resgatar o que merece ser transmitido às gerações futuras. E para isso é preciso estar engajado no tempo presente, pois segundo este mesmo autor “é do presente que parte o apelo ao qual a lembrança responde.” ⁷.

Sem nos darmos conta do horário, avançávamos noite adentro, quando percebi que era hora de dar descanso àquele senhor, em que pese tão agradável tenha sido o tempo que partilhamos. Por uma questão de homenagem a tudo que envolveu o encontro realizamos um brinde ao Estácio, à Estácio, ao samba e à cerveja. Relação mais estreita e harmônica entre quatro elementos assim talvez só a natureza possua. Por isso, tal como naquele brinde, tantas e tantas vezes em que se eleve o pensamento a estes quatro elementos, que sem a menor presunção podem servir de alimentos sagrados para muitos, dentre os quais eu e o Seu Firinho, seus nomes são repetidas vezes pronunciados e ambos são comungados, num testemunho de alegria e gratidão. Por fim, e com toda certeza, ao tilintar dos copos, numa só voz, “saúde!” é o que se fala.

⁶ BERGSON Henri. *Matéria e memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo, Martins Fontes, 1999, p.179.

⁷ Idem, p.247.

2.2. As crianças

Por caminhadas no entorno da quadra da escola, que na verdade funciona como um ímã, um centro de energia magnética, passei a observar alguns aspectos que me chamaram à atenção. Enquanto buscava alguma reflexão no mero contemplar das crianças que brincavam ao meu redor, em um parquinho ali no espaço da pracinha – que já não existe nos moldes dessa ocasião, pois fora ampliada sendo interligada a um calçadão, em obra mais recente – fui remetido ao meu passado.

Num dos bares que funcionam voltados para a praça tocavam sambas enredo de antigos carnavais. E entre um balanço e outro ou um escorrega e outro, aquelas crianças em torno de dez anos de idade paravam para sambar numa alegria e empolgação que confesso imaginei não mais ser possível às crianças dos dias atuais. Havia ali um espírito de molecagem incitado pelo batuque da bateria que não considero comum às crianças da geração celular e seus aplicativos.

Lembro-me de que na minha infância, na década de 1970, isso era comum, pois comigo era assim. Existiam dois blocos carnavalescos próximos à minha residência, um deles o Urubu Cheiroso, que tinha como cores o preto e o branco e era reconhecido como bloco de embalo. O outro, o azul e branco Dragão de Irajá era bloco de enredo. Ora, pois estas duas agremiações representavam para a comunidade de seu entorno duas referências. Não só no que tange ao lazer, nas tardes e noites de samba, mas durante o ano inteiro, como espaços onde se pensava o bairro e sua relação com os moradores. Aqueles eram ambientes de convivência e aprendizado. Aprendizado de cultura do samba, de história do Brasil, de cultura africana, de música, de respeito nas relações pessoais, aprendizado de mundo.

Enquanto eu corria pela quadra com outros meninos brincando de pique, dividia o espaço com gente produzindo sambas, como Silvio da Silva e seu inseparável cavaquinho, Vicente Rosa, Federal e seu violão, Mário Gogó, Suculento e até um rapazinho franzino que mais tarde seria conhecido como Zeca Pagodinho. Sou de uma época em que esses espaços culturais eram realmente

importantes, muito embora a própria comunidade ou mesmo aqueles mais diretamente envolvidos na existência deles talvez não tivessem a exata noção disso.

Atualmente o que se vê é, antes de tudo, a extinção de muitos desses blocos nascidos dentro de comunidades e o afastamento das escolas de samba da região de nascedouro, para locais de mais fácil acesso ao público externo. Hoje é comum de se ver uma escola originalmente fundada num morro ou num determinado bairro passar a constituir sede em qualquer outro ponto da cidade, sobretudo em local onde se tenha privilegiada a facilidade de acesso, ainda que seja totalmente distante da comunidade que a gerou.

Desse modo, a agremiação atrai consumidores para os seus produtos, mas por outro lado, inegavelmente, afasta o público nativo exatamente pelo mesmo motivo. Sem contar que dessa nova relação entre escola e indivíduos de outras localidades nasce também uma nova associação. E não apenas pelo fator origem, mas também – e, principalmente – pelas classes social e econômica mais elevadas das quais venham essas pessoas, elas são vistas como mais atrativas do que os pioneiros integrantes.

A gente da comunidade onde originalmente surgiu a agremiação passa a perder espaço para os novos associados, por questão financeira, por visibilidade na mídia, por mais qualificação profissional, por questões diversas que podem justificar uma inevitável necessidade da mudança ter ocorrido, mas justifica também a perda da essência, o esfacelamento da base familiar que historicamente sempre se constituiu como arcabouço fundamental, no parto e na criação desses núcleos carnavalescos.

Ou seja, os valores começam a sofrer alterações, no sentido de que para competir com chances de ganhar carnaval a escola precisa acompanhar a tendência de se abrir para o mercado. E de que forma? Tornando-se um produto oportuno para determinado tipo de consumidor. Assim, se abrir para o mercado é de certa forma se fechar para aqueles que se sentiam parte da escola. E porque acreditavam ser importantes para ela, sentem-se depreciados diante do interesse daquela, expresso por uma nova categoria de frequentadores.

Se para uns isso não passa de romantismo e que nos dias atuais não há mais como fazer carnaval se não for de modo cada vez mais empresarial, há também de se pensar sobre um suposto desinteresse progressivo da população do Rio de Janeiro pelo carnaval das escolas de samba. Sintoma mais claramente sentido é o desconhecimento dos sambas pelo povo, que pode se lembrar de sambas das décadas de oitenta, setenta e até de sessenta, mas sequer aprendeu algum do ano anterior, bem como não aprende o escolhido para o próximo carnaval.

Oriundo da matriz musical carioca, construída no início do século XX por sambistas tradicionais como Ismael Silva, o samba-enredo vai se transformar em par natural das escolas de samba. É dentro destas agremiações que ele é concebido, composto, executado e experimentado por um público que historicamente vai tornando-se maior e mais híbrido, do ponto de vista cultural⁸.

Por esta análise do historiador Antônio Henrique Gomes, desde que o samba se estabeleceu como um combustível para a realização dos desfiles que ele “vem passando por mudanças significativas, se adequando a novas realidades derivadas de contextos diversos.”⁹ No entanto, tais mudanças e adequações parecem ter caminhado em períodos mais recentes sob o signo de um profundo estranhamento, até mesmo para os que convivem diretamente com a matéria. A cada carnaval é comum, nas alas de compositores, muitos deles se mostrarem confusos na entrega da sinopse e na preparação do samba. Muitas vezes isso pode ocorrer pela complexidade do tema, dada a cada vez mais complexa abordagem de alguns carnavalescos sobre determinados temas. Noutras, porém, se dá pelo formato do samba que eles julguem mais ou menos apropriado adotar, com relação a esta ou àquela escola, cujo perfil da bateria é desse ou daquele jeito. A figura do carnavalesco, aliás, é outro ponto que merece destaque nessa onda de mudanças acerca do desfile das escolas de samba. Antônio Henrique chama à atenção para a chegada de acadêmicos no espaço dessas agremiações, sobretudo daqueles ligados às belas artes. Para ele estes profissionais atuam como espécies de detentores de uma linguagem cujo cidadão do samba comum não possui o saber, mas que nem por isso tem sua voz silenciada. O carnavalesco seria, portanto, não a autoridade portadora de uma tradução da voz daquele que poderia

⁸ GOMES, Antônio Henrique de Castilho. *A (re)configuração do discurso do samba*. – Curitiba: CRV, 2014, p. 54.

⁹ Idem.

ser visto como “subalterno”, mas ser esse instrumento de um outro conhecimento que se coloca como mais uma voz, um coautor num espaço polifônico, tal como se constituiu o próprio samba em sua origem.

Desta forma o resultado plástico do discurso apresentado pelo samba não é necessariamente apenas a interpretação desta suposta autoridade, mas sim, um espaço onde diversas vozes se fazem ouvir. A fala das categorias mais tradicionais, ou subalternas, também se faria presente neste universo polifônico de vozes. De certa forma isto vai de encontro à ideia de que há, por excelência, uma matriz híbrida na construção do próprio samba e tal hibridismo garantiu, entre outras coisas, a manutenção deste espaço de fala.¹⁰

O espetacular carnaval da Império Serrano, de 1982, quando esta tradicional escola se sagrou campeã com méritos, já naquela época se apresentava crítico a essa forma extremamente comercial de tratar a mais popular festa brasileira. Ao se referir às “super escolas de samba S.A”, o inesquecível samba de Aluizio Machado e Beto Sem Braço ainda trazia como total contraponto a esse perfil de escola, a onomatopeia criada por Ismael Silva para explicar o que era o “verdadeiro samba”: “Bumbum paticumbum prugurundum”.

Desta forma a carnavalesca Rosa Magalhães batizou o enredo daquele ano, cujo título original do samba era *Candelária, Praça XV e Marquês de Sapucaí*. Mais de três décadas depois, ainda que não pronunciado conforme escrito, tal obra prevalece sobre sambas recentes, na memória e no canto de grande parte da população brasileira, senão o samba na íntegra, ao menos seu inesquecível refrão. Um caminho aparentemente sem volta que parece ter-se estendido e se distanciado cada vez mais dos antigos carnavais, sendo ironicamente pavimentado com a adesão de se não todas, quase todas as agremiações do grupo especial e até dos demais grupos inferiores.

O resultado de toda essa dessubstancialização das escolas passa rigorosamente pela ala dos compositores. Esta relevante fração da escola sempre aglutinou poetas e músicos que se não eram crias da comunidade, eram artistas intimamente identificados com ela. Atualmente o que se tem são grupos que se autodenominam “firmas”, cuja estrutura conta com inúmeros integrantes, com funções distintas e específicas dentro da associação. Há os que financiam, os que divulgam, os que criam arte e vídeo, os que produzem material impresso, os que

¹⁰ Idem, p.26.

cuidam de torcida e aspectos que envolvem essa fundamental participação, como ônibus, bandeiras, camisas, enfim. E há compositores que constroem um samba dentro de determinados padrões por eles obedecidos qual uma cartilha.

Tal criação, cuja produção se dá semelhantemente a uma linha de montagem de qualquer artigo industrializado, tende invariavelmente a tornar esse samba um produto padronizado. Levando-se em conta que essa mesma “firma” pode vir a ser vencedora em mais de uma escola, pois se alteram os nomes que assinam a composição promovendo uma espécie de rodízio, até mesmo por uma questão de ética e pretensa discrição, ocorre de escolas concorrentes terem sambas bastante parecidos, sobretudo nas suas linhas melódicas.

Disputar samba em escolas de grupo especial, principalmente, requer alto investimento, se houver interesse de fato em se conquistar o pleito. Fora isso, concorrem apenas aqueles que ainda se fascinam pela magia de compor. Que mesmo diante de tamanha discrepância, quando comparados ao potencial das “firmas”, acreditam perenemente que podem suplantar o poderio delas com o seu talento. Na maior parte dos casos, entretanto, a regra prevalece e ganha uma “firma”.

Além de um empobrecimento na qualidade dos sambas-enredo, essa crescente modalidade de composição afasta das alas de compositores muitos bons artistas, os quais veem suas chances serem suprimidas cada vez mais por esses gigantes. O desinteresse destes enfraquece a ala e conduz a história da escola para caminhos de futuro obscuro.

Muito por conta disso, várias escolas são penalizadas com notas baixas em harmonia e evolução, por exemplo, simplesmente porque seus próprios foliões não sabem cantar o seu hino. E muitas vezes isso é atribuído aos turistas, sejam eles estrangeiros ou mesmo os de outros estados brasileiros, que chegam em cima da hora apenas para desfilar. Este seria um dos preços que se paga por se tornar um produto. No entanto, não é menos comum muitos integrantes das alas de comunidade também não dominarem o samba por inteiro. É o preço do afastamento, do desapego, do descompromisso. Da falta de identificação com o samba, que na maioria das vezes não pertence a nenhum compositor da

comunidade, a menos que este faça parte de alguma dessas organizações. Não há laço, não dá liga.

Não parece ser mais o desfile pelo carinho e o prazer de defender as cores da escola, a comunidade. Agora se revela muito mais uma oportunidade de se exhibir num palco mundial, dividindo o espaço com figuras da mídia reconhecidas como “celebridades”, e poder estar em contato com elas. É muito mais um momento narcísico, egótico, em que a escola serve apenas como pano de fundo. Aquela que na verdade é a grande razão para os milhares de componentes estarem ali, passa a figurar em segundo plano. É o troco que a escola recebe de seus próprios filhos, infelizmente e friamente compreensível, na medida em que é o que sobra, quando os interesses prevalecem e o sentimento se transforma em estorvo.

A Estácio de Sá é uma escola que muito sofreu com mudanças de sede. Desde que a Unidos de São Carlos desceu o Morro para ser rebatizada com o nome do bairro e receber as cores da lendária Deixa Falar, atravessou graves crises, principalmente com a falta de espaço para seus ensaios. Depois de várias mudanças de endereço, a sede de melhor lembrança para os “estacianos” esteve na Rua Miguel de Frias, período em que a escola conquistou seu único título do grupo especial, no carnaval de 1992. A escola que por um período chegou a ter o endereço da quadra até no bairro de São Cristóvão, finalmente se estabeleceu em definitivo no bairro de origem.

Há algum tempo já instalada na Rua Salvador de Sá, a quadra da escola parece buscar aproximação com o Morro de São Carlos, mas para quem acompanha um pouco essa relação percebe ainda uma distância relativamente considerável. Nas conversas com importantes “estacianos” oriundos do Morro ficou clara a relutância dos mesmos em admitir algum laço de afinidade entre escola e comunidade. “Você vê a comunidade na bateria, alguns na velha guarda, ala das baianas...”. Esta é a fala de um resignado filho do São Carlos, o músico Valmir do Cavaco. Assim como tantos com os quais pude conversar essa forma de queixa foi sempre comum.

De qualquer modo, ali diante dos meus olhos, aquelas crianças que entre um brinquedo e outro se entregavam à magia do batuque de sambas antigos para

tornarem-se verdadeiros passistas, tal fato não só me impressionou como me causou indagações. Especulei sobre que referências teriam elas para estarem tão familiarizadas com o ritmo daquela forma. Imaginei que talvez fosse a proximidade com a quadra, uma vez que se tratavam de algumas famílias carentes, ocupantes de um antigo prédio em ruínas por elas invadido, logo do outro lado da pracinha, no início da Rua Frei Caneca.

Na verdade aquela cena agiu em mim como um sopro de nostalgia e depois de esperança. Manifestava-se diante dos meus olhos a razão que me levara e me fazia estar ali, no coração do Estácio. Havia ali mais uma história de manutenção de cultura e tradição, de uma gente marcada pela contraposição declarada dos segmentos dominantes da sociedade, sem haver por parte destes o menor pudor ou culpa. Uma gente também, que pelas ações como as que se manifestavam naquele momento, sempre deixou evidente sua posição insurgente, escapando, no entanto, de modo tão sutil quanto natural, com a alegria imanente ao corpo e ao espírito, no gingado e na fé.

Por mais absurdo que se oferecesse aos olhos aquele cenário, tais condições alheias sempre estiveram na esfera de plena normalidade aos olhos de todo mundo. Há tempos que diariamente aquele quadro está exposto e isso não causa nenhum sentimento em quem o percebe. Porque em geral ele nem é notado. São personagens invisíveis e inaudíveis. Quando se faz conveniente ou alguém se sente ameaçado pelo que possa ser gerado daquele flagrante desequilíbrio, as autoridades atuam com uma medida paliativa qualquer, um “choque de ordem” ¹¹, que mesmo apesar da ostensividade empregada na ação revela-se muito mais uma espécie de maquiagem do que propriamente uma solução. Senão, sendo mais contundentes, retiram dali aquelas pessoas lançando-as sem critério algum para o mais longe possível. Posteriormente, pode haver uma “revitalização” ¹² da área com a implantação de mais uma praça. Ou, ainda – e até mais comum –, costumam atender à exploração imobiliária, tornando a desapropriação objeto de negociação em transações escusas, com grupos empreendedores supostamente há muito interessados naquele espaço, por enxergarem nele potencial financeiro, tanto sob o aspecto residencial quanto comercial.

¹¹ Expressão emblemática da gestão do prefeito Eduardo Paes.

¹² Idem.

Quem não é morador do bairro ou adjacências, quando trafega pelas cercanias do Estácio, provavelmente apenas por ali transita movido por interesses profissionais, burocráticos, empresariais, sem sequer dar-se conta do lugar de cultura que ali se constituiu. E que apesar de todas as adversidades foi força motriz de pensamento e exposição desse mesmo pensamento, através de um estilo de vida, um modo de se fazer música e poesia, contrastantes com os modelos predominantes à época.

Pode, ainda, esse passante, estar buscando serviços nas oficinas mecânicas que são marca registrada entre o Estácio e a Praça Onze. Nas ruas que ainda guardam na arquitetura de suas residências, velhos sobrados, muitos deles em precárias condições, com instalações de energia elétrica feitas num emaranhado de fios, inconcebível para uma cidade que se quer importante diante do mundo, uma cidade olímpica. Onde sem muito esforço pode se fazer necessário ao pedestre e ao motorista, desviarem de poças de águas pútridas que brotam dos esgotos e se expõem em calçadas e ruas, num quadro insalubre e repugnante, que denota ainda resquícios de um passado estagnado.

Porção de lugar, que se espreme e resiste qual uma chaga no coração de uma cidade que se renova e que avança rápida e friamente, movida por uma administração de atos incisivos e arbitrários, contra o que entende por ultrapassado e decadente. Sobretudo ao que se interpõe ao seu projeto renovador, caracterizado por grandes obras na esfera urbanística, com desapropriações em número elevado, a justificar construções e empreendimentos ambiciosos, tanto quanto questionáveis.

Fato é que de um modo ou de outro, aos poucos, ao menos visualmente o Estácio parece estar sendo redesenhado. Da região denominada Mata-Porcos até os dias atuais, seguramente os últimos anos podem ser incluídos como alguns dos de maiores transformações sob o aspecto paisagístico no bairro e seu entorno. Além da geografia, a presença do principal órgão público municipal, o Centro Administrativo São Sebastião (CASS), de algum modo parece ter atraído para as proximidades outros órgãos públicos e privados, ocupando áreas onde resistiram por décadas precárias instalações residenciais, remanescentes de antigos cortiços,

ou de áreas não utilizadas decorrentes das obras do metrô, após terem estas sido concluídas.

A Cidade Nova que a propósito, depois da abertura da Avenida Presidente Vargas, na década de 1940, não apresentara grandes novidades, a partir da primeira década do segundo milênio, mais precisamente com a construção do prédio de uma imponente empresa de seguros começou a dar sinais de modernização. E deste ponto seguindo em direção à Praça Onze, diversos edifícios modernos com suas fachadas envidraçadas brotaram nas ruas Afonso Cavalcanti, Pinto de Azevedo (a mais famosa rua da antiga Zona), Visconde de Duprat, Júlio do Carmo, Corrêa Vasques, Neri Pinheiro, Hélio Beltrão e Ulisses Guimarães.

Sem contar a recente construção da Estação do Metrô Cidade Nova, com sua tão imponente quanto estilosa passarela. Construída sobre a Av. Presidente Vargas, interliga aquela estação aos pontos de ônibus existentes nas quatro faixas de rolamento, incidindo, por fim, na outra extremidade desta principal via, diante do prédio da Prefeitura do Rio. Tantas alterações geofísicas e mercantis começam a produzir um novo perfil para a antiga e desvalorizada zona de meretrício.

Por ruas onde predominavam mulheres em janelas e portas aguardando aqueles que lá iam ter com seus corpos – e em grande parte dos casos bem mais que isso –, hoje se estabelecem numa crescente vários restaurantes e casas afins, transformando e substituindo os valores e interesses de antes, em um também valoroso e interessante polo gastronômico. Algumas delas, inclusive, se apropriando da velha arquitetura para promover a ideia de preservação de um Rio antigo, cuja pretensa associação com o local parece um tanto incoerente.

No ano olímpico de 2016, sobretudo, senão todas, mas quase todas as ruas no perímetro que compreende Cidade Nova, Estácio e Praça Onze, passaram por obras de pavimentação, com intervenção nos sistemas de águas e esgoto, gás de rua, iluminação pública, reestruturação de calçadas – sendo agora estas providas de rampas de acesso a cadeirantes – e asfalto novo. Os últimos movimentos do prefeito Eduardo Paes para aquela região foram marcados por tapumes, máquinas e homens trabalhando.

2.3. A apuração

Na tarde do dia dezoito de fevereiro de 2015, quarta-feira de cinzas, quando divulgada a última nota da apuração do grupo de acesso, a história do samba abria um novo parágrafo. Por apenas três décimos de vantagem sobre a segunda colocada, a Escola de Samba Estácio de Sá retornava ao grupo especial, para explosão de alegria dos membros da diretoria e dos demais integrantes que acompanhavam o resultado na Praça da Apoteose. Além destes, certamente todo amante do samba, independentemente da sua agremiação de preferência, deve ter se sentido feliz ao ver a Velha Estácio rugindo alto e forte, anunciando sua volta ao grupo especial.

Após alguns anos amargando resultados ruins, chegando inclusive a cair para o grupo B, a Estácio ensaiou um retorno ao primeiro escalão das escolas em 2007, mas não fora feliz com a reedição do enredo *Tititi do Sapoti*, do carnaval de 1987. Embora tenha o samba trazido grande animação para a avenida, a escola voltou a descer para o grupo A, onde permaneceu por oito anos, até que se divulgasse o resultado final do carnaval de 2015, na quarta de cinzas, tarde de dezoito de fevereiro.

A partir daquele momento abria-se um novo horizonte por onde todos os amantes da agremiação imaginavam ingressar. Era preciso revitalizar a escola – termo este inclusive muito recorrente por esse período no Rio de Janeiro – inserindo-a num cenário de evidência, para um necessário resgate não só dela própria, mas de uma memória que pouco se tem oferecida e que muito valor tem a oferecer. Valor histórico para o samba, para o bairro em si e sua população, para a Cidade do Rio de Janeiro e para o país, em extensão.

Seria o ano de 2015, antes de tudo, de muito trabalho. Um ano em que forças dispersas e mesmo controversas deveriam abolir diferenças em prol de um pensamento comum. Manter a escola no grupo especial daquele momento em diante era um desafio talvez mais difícil do que retornar a este grupo. Mas também, por essa mesma razão, não havia motivação maior. Agora era escolher uma equipe qualificada para pensar um bom enredo e produzir um grande carnaval. Certamente não faltaria empenho de nenhum segmento da agremiação. Alas tradicionais como a Velha Guarda e a das Baianas, além da Bateria e a ala

dos Compositores, onde ainda se pode encontrar boa parcela de componentes oriundos da comunidade, e que constituem a espinha dorsal de uma escola de samba, haveriam de se doar agora muito mais do que antes, a fim de fazer valer a força do Leão.

Os três décimos apenas que determinaram o acesso, denotam o quão se apresenta difícil a vida da escola ao longo de sua história. Servem, ainda, como um parâmetro, quando se percebe a associação incondicional da escola com o bairro. Não há quase distância que os separe. A história de ambos parece ser uma só. Senão o maior, com certeza um dos maiores bens do Bairro do Estácio é a Escola de Samba Estácio de Sá. É ela hoje uma frondosa árvore semeada na década de vinte por uns malandros batuqueiros que, ao contrário do que muitos possam supor, sabiam muito bem o que estavam gerando. Uma frondosa árvore que, porém, não é sinônimo de sombra para ninguém. Mas traz gravada em seu tronco as marcas de quase um século de poesia, amores, dores e uma forma de vida denominada “malandragem”, que lá no início de 1900, mais correspondia ao que Herbert Vianna conclui como “a esperteza que só tem quem tá cansado de apanhar”¹³.

O bairro, nos primeiros anos do século XX da Cidade do Rio de Janeiro, funcionava como uma espécie de eixo pelo qual circundava a nova população que se constituía e moldava um rosto e um gesto muito peculiares para o cidadão carioca. Sem que se queira criar aqui algum estereótipo da população desta cidade, não há como simplesmente velar os olhos para um fato que foi a mistura de indivíduos de camadas pouco favorecidas e marginalizadas para a sociedade da época. Essa mistura era composta em sua maioria por ex-escravos e seus descendentes.

A partir daí, sobretudo pela necessidade de se estabelecerem na sociedade, esses agentes passam a desenvolver meios para tal. Com isso imergem em iniciativas e produções das quais, até então, haviam sido apenas coadjuvantes, ou mesmo, tão somente extras. Alie-se a isto a chegada àquela geografia em formação, de ciganos, judeus além de migrantes do interior do Rio, como também de outros estados, com destaque para mineiros e baianos.

¹³ Paralamas do Sucesso. *Selvagem*, álbum *Selvagem?* – EMI, 1986.

O Estácio estava no centro dos acontecimentos. A Escola Normal formava professores e era fomento para a disseminação de novas ideias progressistas. As informações circulavam nos jornais diários e as fontes de cultura popular criavam um ambiente altamente enriquecedor para o surgimento de novas manifestações artísticas. Em suas ruas, o Estácio abrigava os terreiros das Mães de Santo baianas, os capoeiristas e as rodas de samba, que em pouco tempo passariam a influenciar a cultura e a música popular brasileira. (VILHENA & CASTRO, 2013, p.73).

Vale ainda ressaltar como momento transformador nos anos iniciais daquele século, um dos projetos considerados o mais bem elaborado dentre os que posteriormente foram implantados na Cidade do Rio de Janeiro. Naquele que é tido como o pioneiro dos projetos urbanísticos visando à expansão da cidade e priorizando, sobretudo, o aspecto viário, a zona do Mangue esteve no epicentro das ações. Sendo plenamente afetada e conseqüentemente alterada pelas propostas do que se entende como o primeiro Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro. Conhecido como “Plano Agache”¹⁴, esse projeto encomendado pelo então prefeito Antônio Prado Júnior, entre os anos de 1926 e 1930, ao urbanista francês Alfredo Agache, vinha atender a uma demanda já prenunciada na gestão administrativa anterior.

Embora as reformas promovidas por Pereira Passos e o próprio Pedro Ernesto estejam sempre num patamar de maior visibilidade, um fator que chama à atenção nesse empreendimento é uma preocupação das autoridades da época com grande parcela da população vigente. Os povos popularmente denominados “turcos”, que na verdade eram sírios, libaneses e judeus constituíam não só grande contingente como eram responsáveis por considerável movimentação da economia através de pequenas indústrias e do comércio. Ou seja, era notória a importância de se propiciar boas condições de vida para aquela parcela da população, a qual acenava com uma clara manifestação de crescimento econômico, fundamental para o desenvolvimento, não só da região como da cidade em sua amplitude, como aponta Fania Fridman em suas notas de *Paisagem estrangeira*.

Entre vários exemplos apontam-se a fábrica de *lingerie*, da Rua Júlio do Carmo, pertencente a Elza e Jaime Rubinstein, e, na Rua de Santana, a casa de meias

¹⁴ AGACHE, A.H.D. *Cidade do Rio de Janeiro: Extensão Remodelação Embelezamento 1926-1930. Organizações projectadas pela administração de Antônio Prado Junior*. Paris: Foyer Brésilien, 1930.

do Sr. Herman, a fábrica de guarda-chuvas, a loja de aviamento para alfaiates de Jacob Rosenberg e a de tecidos de Marcus Pedro Rotberg, no número 61. Havia as lojas de móveis A Liberdade, a Casa Sion e a de Moyses Koitchmar, na Rua Visconde de Itaúna (1920 a 1928); a sapataria de Haim Schwartz e Lipa Rosenweig. (...) (FRIDMAN, 2007, p. 105).

A participação desses imigrantes na economia do bairro e da cidade foi fundamental no desenvolvimento da indústria e do comércio e, conseqüentemente na geração de empregos. Sua ocupação em toda aquela região, sobretudo, mais massivamente na Praça Onze, causou impacto considerável nos aspectos geográfico e financeiro. Portanto, como grande novidade para a área até aquele momento, as intervenções do Plano Agache são implantadas, abrindo e remodelando vias importantes de acesso na região, a fim de facilitar a circulação de mercadorias, bem como o próprio transitar da massa trabalhadora e do cidadão em geral.

Eis que no ano de 1928 surge a lendária primeira escola de samba do Brasil. Fundada pelo grupo de músicos amplamente decantados, conhecidos como “bambas do Estácio”, em que se destaca o não menos mitológico Ismael Silva. A Deixa Falar descortina o palco de uma época, para pôr em cena novos atores e novas histórias. Esquivando-nos um pouco dos pormenores que envolvem sua criação, obviamente sem negar o inevitável atrito com nossa matéria primordial, faz-se imprescindível salientar algumas constatações, como a principal delas: o nascimento de uma música que se consolidaria historicamente como um dos mais originais e acessíveis produtos da cultura musical deste país. Em seu texto *Deixa falar!* o historiador Luiz Antônio Simas narra da seguinte forma o acontecimento:

Em uma zona menos nobre da cidade, no número vinte da Rua do Estácio, um grupo de compositores e músicos amadores que vinham reinventando o samba carioca – parte deles ganhando a vida em atividades como jogos de ronda e chapinha e a exploração das prostitutas do Mangue – teve a ideia, depois de se esbaldar no carnaval daquele ano, de criar um bloco para a turma do Estácio de Sá brincar no ano seguinte. Era o que já acontecia com o “Vê se pode” e o “União faz a força”, dois outros blocos do pedaço. A rapaziada era da pesada: Ismael Silva, Brancura, Gaguinho, Baiaco, Nilton Bastos, Bide, Bucy Moreira, Lino do Estácio (apelido de Heitor dos Prazeres), e outras feras menos votadas. Nasceu assim a Deixa Falar. (SIMAS, 2014, p.16).

E a criação da escola de samba que se mitificou, tal qual seu fundador mais expressivo, constitui-se como a principal referência para um povo que se formou sob o risco de não ter referência nenhuma. Isto se deveu graças à iniciativa

daqueles jovens mulatos e “malandros”, filhos de um país que dava os primeiros passos para a modernização, recém-saído de um regime escravocrata e que buscava autoafirmação como nação. Buscava uma identidade.

Certamente alheios a essa busca, que muito mais estava nas teorias de antropólogos e outros estudiosos, senão nas intenções subliminares dos políticos, a “turma do Estácio” parece ter encontrado o caminho das pedras. E o fez sem bússola ou mapas, sem o menor aparato técnico para tal, muito menos teórico. Sem nenhum conhecimento maior que a sua “vã” filosofia de vida: fazer samba para sambar.

Ao longo do século XX, boa parte desse período para a área do Estácio e seu entorno foi de estagnação. Nos anos 1970 deu-se início a obra do metrô, e mesmo depois de sua conclusão pouco se alterou na geografia do bairro. Aliás, muitos espaços permaneceram ociosos, como canteiros de uma obra que pareceu não ter acabado. Na última década de 1900 e mais expressivamente a partir do ano 2000 é que de forma acelerada várias obras passaram a ocorrer na região da Cidade Nova. Como a chegada de empresas de grande porte e a instalação de prédios públicos das administrações municipal e estadual, destacando-se o Centro de Operações Rio (COR) da Prefeitura do Rio e o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) do Governo do Estado.

O antigo presídio Frei Caneca foi abaixo e em seu lugar foi erguido um conjunto residencial, fruto do programa de habitação promovido pelo Governo Federal. Além de alterar significativamente aquele cenário, proporcionou um novo fluxo de vida ao local. Logo na sua entrada chama a atenção o enorme portal de concreto remanescente da edificação iniciada ainda no período imperial, que solto no vazio metaforicamente parece representar a liberdade de acesso.

Tendo sua construção iniciada em 1850, com o nome de Casa de Correção da Corte, o complexo de presídios foi finalmente implodido no dia 13 de maio de 2010. Na imensa área construída havia o presídio feminino Nelson Hungria, uma escola de gestão penitenciária e as penitenciárias Hélio Gomes, Milton Dias Ferreira, Romero Neto e Lemos de Brito.

Os cento e sessenta anos de existência lhe renderam um sem fim de histórias, com passagens de presos famosos como Graciliano Ramos e o lendário Madame Satã. A última história envolvendo o centenário cárcere, no entanto, foi no mínimo inusitada. A implosão marcada inicialmente para as onze horas da manhã daquele sábado foi realizada uma hora e quinze minutos depois do horário preestabelecido. Como neste mesmo horário haveria um casamento na Igreja Batista, que fica praticamente ao lado, diante do apelo feito pelos noivos, os responsáveis pela implosão decidiram com extremo bom senso a prorrogação do ato e o casal foi atendido. Ironicamente, a última história do Complexo Frei Caneca teve um final feliz.

O Complexo Penitenciário Frei Caneca, um prédio que começou a ser erguido em 1850 no Centro do Rio, foi implodido no início da tarde deste sábado (13) com mais de 500 kg de explosivos, segundo informações oficiais. (...)

Erguido com o nome de Casa de Correção da Corte, na época do imperador Pedro II, que se transformou ao longo de 150 anos em oito pavilhões – onde estiveram encarcerados presos políticos famosos, como o escritor Graciliano Ramos –, o complexo estava praticamente desativado desde 2006. (...)

O fim do complexo penitenciário começou com a demolição, em 2003, do presídio feminino Nelson Hungria, transferido para o complexo de Bangu, e da escola de gestão penitenciária. Em novembro de 2006, foram desativadas e demolidas, um mês depois, as penitenciárias Milton Dias Ferreira, Lemos de Brito e Romero Neto.¹⁵

Por conta da própria história produtiva de um e de outro (o presídio e a escola), o que se mantém mesmo como ponto de referência realmente valoroso e reconhecido no bairro é a Escola de Samba Estácio de Sá. Apesar dos insucessos dos últimos anos, que antecederam a sua ascensão ao grupo especial para o carnaval de 2016, ainda assim ela se mantém como espaço de convivência e arte e, conseqüentemente, de vital importância para a população local.

Algumas queixas da comunidade, membros ativos ou não da Estácio, são naturalmente compreensíveis. Quando alguém da comunidade fala da Escola, fala com paixão. Porque as histórias da comunidade e a da agremiação são

¹⁵ Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL1528052-5606,00-FREI+CANECA+MAIS+ANTIGO+PRESIDIO+DO+PAIS+E+IMPLODIDO.html>, acessado em 15/12/2016.

atravessadas uma pela outra, desde os primeiros movimentos nos anos 20 ou 30 do século passado.

Diante dessa discussão, algumas décadas depois – não muitas – do venerado período de Ismael e dos outros bambas da mesma época, demonstrando inclusive o desejo de não se ater a este período, a geração que se constituiu a partir da fusão geradora da Unidos do São Carlos apresenta suas falas e busca seu lugar na história. É essa geração que reivindica sua memória, entendendo estar subjugada a uma história importante, merecidamente enaltecida, mas de certo modo cristalizada e resumidora de todo o conteúdo histórico da região.

Na verdade, não é apenas a exaltação a Ismael e seus pares – que a rigor é merecida – o que de fato incomoda essas pessoas. Embora nem mesmo muitos desses indivíduos possam se dar conta, é a necessidade de reconhecimento do que eles são – e não propriamente do que eles representam – o que os aflige. Antes de tudo, e de um modo geral, o que há é um ser humano em posição de desigualdade social desde que nasceu, e que mesmo num lento processo de conquista de espaço vai buscando esse intento a partir da compreensão de sua importância dentro da família, da comunidade em que habita ou de algum outro núcleo de convivência que frequenta. Exatamente como ocorrera com aquela geração de Ismael, que em condições de subalternidade fizeram valer a sua fala.

É aquele que, pela sua própria história de vida, se confunde com a história do samba. Que fez da escola de samba a extensão da sua casa, ou de sua vida. É este indivíduo que fala e que, através desta fala, reafirma-se, a cada momento, enquanto agente produtor de uma cultura popular que se construiu, ou se quer construir, historicamente como uma “comunidade imaginada” chamada Brasil.(GOMES, 2014, p. 30).

A forma de se colocar em condições de questionar sua real posição passa primordialmente pela imposição de sua voz. É quando se descobre a necessidade de quebrar o silêncio. E muitas vezes quando o faz, acaba por fazê-lo com muito barulho.

A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo

tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amigos, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. (POLLAK, 1989, p. 3).

É tão somente a fala de uma gente simples que quando menciona a falta de memória do bairro ou da escola está na verdade requerendo sua própria voz, historicamente silenciada. Voz essa que só se manifesta e é ouvida em nichos de convivência e interação comuns, como a igreja que frequentam, os templos espíritas, os terreiros, os botequins, a quadra da escola.

2.4. Na quadra

A partir do encontro inicial com o Seu Porfírio, logo, tratei de estabelecer os contatos necessários, sob a grata orientação do próprio, que se tornou para mim uma espécie de guia. Assim, após alguns contatos telefônicos estavam na pauta para um primeiro encontro coletivo, os senhores Almir Sapo, Adilsom, Seu Vanderlei da Cruz e o próprio Firinho, pois por sugestão dele, quando “os velhos se juntam fica mais fácil de lembrar das coisas”.

Outra personagem que se apresentou, até de forma fortuita, numa ocasião em que compareci à quadra da Estácio, e ao vê-lo não hesitei em propor o convite para o tal encontro, foi uma grande e saborosa surpresa, pela gentileza e boa vontade transmitidas. Naquele momento, conheci pessoalmente e passei também a contar com sua participação, o cantor e compositor Dominginhos do Estácio.

Na sexta-feira que antecedia o evento marcado para catorze horas de sábado, dia vinte e seis de junho de 2015, na quadra da escola, tornei a contatar meus futuros “entrevistados” e para minha tristeza teria três baixas: Adilson estaria numa viagem de trabalho; Seu Vanderlei da Cruz mal pode falar ao telefone, acometido que fora por uma violenta gripe; e a pior de todas as situações, Almir Sapo no decorrer daquela semana contraíra um vírus ou bactéria – algo ainda sob investigação médica – e perdera a visão do olho esquerdo, repentinamente. Mais grave ainda, estava também perdendo a visão do outro olho. Ainda assim, apesar das lamentáveis ausências estávamos nós no horário previsto na quadra da Estácio: Seu Firinho, que me encarreguei de sua condução, pois também acusava dificuldade por estar com a saúde fragilizada, os amigos Zé Conceição e Marcello Siqueira que me acompanhavam e o simpático Dominginhos.

Para agradável surpresa e de caráter enriquecedor para o encontro, casualmente compareceu ao local o compositor – entre outras atividades que exerce – Edson Marinho. Sem saber do que se tratava, chegou de bicicleta, a fim de tratar de assuntos culinários referentes ao dia anterior, quando havia promovido

uma sopa de ervilha. Sem qualquer resistência, aliás, até demonstrando real satisfação, sentou-se conosco para a partilha do que se deu.

Enquanto preparávamos as mesas e cadeiras à frente do palco a conversa já ganhava corpo entre os dois senhores que se tratavam como primos, já exercitando a lembrança do período de crianças no Morro. A intenção de que o encontro fosse isento de formalidades parecia estar sendo bem aceita, afinal, não faria sentido estabelecer rigor àqueles *meninos*. “Porfírio, filho da dona Santinha. É Porfírio por causa do pai, o Seu Porfírio, aí... como ele... é a rapa do tacho...”. Foi esse o primeiro comentário que ouvi de Dominginhos e também a primeira questão levantada por Firinho: “De onde saiu essa expressão, rapa do tacho?” Daí ambos deram de especular sobre o que aquilo significava, para em seguida passarem em revista como e quantos eram os irmãos do Porfírio. “Era o Raimundo, o Osvaldo, o Edemil, Rogério e Zelém... era tanta gente que a gente só sabia na contagem da mesa, em dia de Cosme Damião”, elencava o Seu Firinho. Nesse momento Dominginhos intervém para tecer um elogio àquela família, que segundo ele “com o miserê do caramba que era o Morro naquele tempo, todos eles estudaram muito e se formaram.” Fora também lembrado por ele o médico Edmar, que teria sido goleiro no Clube Silêncio, onde havia baile e ficava em frente à casa do Porfírio, segundo o Dominginhos. “Ali foi onde eu conheci a primeira mulher da minha vida, que foi a irmã da Jurema, a Nilze, que foi mulher do Zezinho que tocava bandolim... era uma menina bonitinha... A Jurema era minha cunhada e a Nilze foi a minha primeira namorada.”

Nessa lembrança ambos concluem o quanto era bom aquele lugar e enveredam pelo futebol no campo do Aventureiro, no alto do Morro, em que ele, Dominginhos, era um dos organizadores, e elencavam os craques das quatro linhas. O Aires, irmão do Adilson, “esse foi centroavante”. Zé da Caranga, Zelém, Adilson que teria sido uma sumidade, sendo contratado pelo Fluminense de Feira de Santana, sem que os dirigentes daquele clube nem o tivessem visto jogar. A contratação fora tão somente baseada em indicações fornecidas àquele clube, acerca de suas qualidades técnicas.

Depois especulavam em torno de um “cara do cabelo vermelho que tocava violão” de apelido Beleco ou Galego, até chegarem à conclusão de que não era

uma só pessoa, mas dois irmãos, músicos, que tocavam nos ensaios do “Niquinho”. Este, aliás, que também fora músico de grande qualidade, inclusive presidindo a Ordem dos Músicos por vários anos, segundo Dominginhos. “Ele foi o único músico que eu conheci em quadra de samba que gravou com Roberto Carlos”.

O assunto ia descontraído e até já parecia que a proposta inicial havia sido esquecida. Até o momento em que, ao compararem as idades, Dominginhos argumentou que o outro não podia se lembrar de um determinado fato. O intervalo de aproximadamente quatro anos realmente constitui significativa diferença na infância, e mesmo na adolescência. Firinho se justificou, então, com a seguinte saída: “é que tem coisas que a gente ouve e nunca esquece”. E até um pouco sem jeito emendou com uma provocação de cunho testemunhal: “o que eu me lembro mesmo é que eu sabia cantar todas as ladainhas”. E, de certo modo, avalizando a razão do outro, completou: “e você também”.

Eis que ficava cada vez mais claro para mim o porquê de estar ali e a motivação para tal pesquisa. Ao se retratar um tanto envergonhado perante o questionamento do Dominginhos, Seu Firinho apenas exercitou o que é de fato o grande responsável pela manutenção de tantas histórias na memória de ambos. O ouvir falar sempre antecedeu o ler por demasiadas razões, e no alto do Morro de São Carlos, quando eram ainda meninos aqueles senhores. Com idade atual em torno de setenta anos, não haveria mesmo de ser diferente.

Ainda há de se considerar uma observação feita a mim pelo próprio Firinho, quando o visitei em sua casa, num dos meus primeiros movimentos deste trabalho, de que ele era o mais novo de sua geração. Logo, aquilo que ele em idade inferior aos demais meninos não via ou participava, obviamente registrava o que ouvia. E graças à importância dada por ele a assuntos e imagens que para muitos não tinham tanto valor, é que num singelo encontro como o que se dava, tantas lembranças vinham à tona, de anos e anos submersos, para provocar brilho nos olhos e agradáveis sensações.

Dominginhos lembra que aprendeu a cantar não só as ladainhas como também macumba e tudo o mais que se oferecesse como cantoria. Aprendera a cantar samba cantando ponto de macumba, pois era cambono de Dona Lurdes,

Dona Helena, do Roque... “Eu vi o Roque nascer. Eu já era cambono da mãe dele, do pai dele, o Seu Tagino. Relembra então os versos de uma ladainha que cantava: “Bendito/ louvado seja...” e num desvio de memória sua lembrança recua mais ainda no tempo para trazer uma história que seu pai lhe contava. Havia um pai de santo apelidado pela vizinhança de “Papo Amarelo”, sendo esta alcunha não muito bem aceita pelo cidadão. Reza que durante a execução da ladainha, quando o tal pai de santo pronunciava “Bendito/ louvado seja...” alguns gaiatos escondidos gritavam “Papo Amarelo!”. Ele, então, sem perder o ensejo, prosseguia: “Bendito/ louvado seja/ papo amarelo é a sua mãe”. Se a graça causava gargalhadas entre os provocadores da época, a história não foi diferente entre nós, naquele instante, com toda a representação cênica do contador.

Sobre a relação envolvendo o Morro dos tempos de menino, a São Carlos e a forma como isso se dá atualmente, com relação à Estácio, Dominginhos é criterioso ao expor sua análise. “Em 1955, no campo do Escoteiro, eu era garoto e foi muito bonito, cada agremiação trazendo sua bandeira. E aí o marido da Tia Alice, o Miro, que era funcionário do Cais do Porto, veio a ser o primeiro presidente da Unidos do São Carlos. E eu lá olhando tudo de cima de um barranco. Hoje tudo é muito diferente, não dá pra comparar, é difícil comparar essa relação”.

Assumindo uma postura de depoente, mas sem ostentar em nenhum momento o menor traço egótico, Dominginhos também não se acanha ao falar de si. Mantendo uma expressão serena e bastante segurança nas palavras, se disse diferenciado da maioria dos amigos de infância com os quais conviveu no Morro. “Nunca bebi nada, nunca fumei nada, nunca usei nada que fizesse mal pra minha saúde”.

Realmente algo de surpreendente, considerando os ambientes, os hábitos e propriamente um inegável histórico que envolva o samba, enquanto manifestação em grupo seja no terreiro, na quadra ou em qualquer outro lugar. Aliado a este fator, o também repercutido universo artístico, em que mesmo desconsiderando os casos extremos de excesso no uso de bebidas ou de outros tipos de drogas, não constitui nenhum espanto a adoção de tais substâncias por pessoas desse meio, quando alguns se colocam até como garotos propaganda de marcas de cerveja.

Produto este, aliás, completamente identificado com o samba, como já fizemos referência, inclusive, quando em conversa com o Seu Firinho.

Revelando prudência e respeito à própria vida, Dominginhos não admite desrespeito ao corpo, inclusive no que tange ao cansaço. Enumerando diversos casos de acidentes fatais em estradas, envolvendo colegas de profissão, não refuta em afirmar que perde dez por cento do cachê por uma noite de sono num hotel, mas não se aventura em excessos. Eis que o atrevido Firinho o provoca com a seguinte alegação: “Mas você cantava a noite inteira no baile do Aventureiro e no outro dia jogava no festival de futebol”. A resposta veio rápida e fulminante: “Mas o Aventureiro era do lado da minha casa e o campo era em frente!”. Soou como anedota e ninguém se conteve.

Um aspecto interessante que norteou todo o tempo em que estivemos ali reunidos foi a noção de respeito ao mais velho, sinceramente assumida pelo Seu Porfírio com relação ao “primo” Dominginhos. Questão essa, inclusive, por várias vezes mencionada durante a conversa, tanto por um quanto pelo outro, ao se referirem ao modo de vida e às relações familiares – ou não necessariamente – que tiveram no alto do São Carlos. Nas famílias de ambos, bem como em outras dos demais senhores da mesma geração, oriundos do mesmo ambiente onde se criaram e cresceram, com os quais eu pude conversar e constatar, todos mantêm a tradição de tomar e dar a benção a seus entes. Além disso, a maneira carinhosa de lembrar dessas pessoas, como as “tias” que mesmo não tendo laços sanguíneos, possuíam e ensinavam, com gestos e palavras, valores essenciais para a construção do caráter daquelas crianças.

A vida precária daqueles anos de infância ganha imagem na fala de Dominginhos: “A minha mãe era xepeira, sabe o que é xepeira?”. Segundo ele sua mãe, juntamente com a avó de Marinho, Tia Ritinha, mais a avó do Seu Firinho, Tia Brasilina, trazia como sustento as sobras de alimento que para o comércio perdia o valor de venda, coletando-as no fim do dia, no mercado municipal, à época, situado na Praça XV.

Parecendo rever a antiga cena, comentavam e repetiam juntos o gesto de como elas cortavam a parte ruim dos alimentos e aproveitavam a boa. Com alegria descreviam a mesa, a sopa e os outros meninos partilhando a mesma ceia. Os

olhos de Seu Firinho brilhavam e ambos pareciam salivar diante da lembrança. “A vida era muito difícil, mas a gente era muito feliz.” A conclusão segura e corroborada pelo gesto de assentimento de Seu Firinho instaurara um silêncio breve, mas tão profundo que lembrou um momento de oração. Talvez o tenha sido sem que nos tivéssemos dado conta, afinal, era a fala daquele que realmente concluía convencido disso, e era ele ninguém menos que o consagrado devoto de Nossa Senhora do Nazaré.

Após este encontro na quadra, finalmente pude ouvir aquele que não pudera participar por motivos de saúde. Uma luz se acendera e sua voz aguardada com tanta ansiedade soou em palavras e em presença física. Minha visita ao decantado Almir Sapo finalmente aconteceu. Nas várias vezes em que busquei o encontro a frustração prevaleceu, em virtude da recusa daquele senhor, compreensivelmente abalado pela perda quase total da visão. Nos contatos telefônicos ele se mostrava solícito e até bastante entusiasmado com a possibilidade de alguém ter se interessado pelas “coisas do Estácio”. Revelava a alegria de poder transformar os relatos dele e de outros companheiros em material de pesquisa acadêmica. Durante essas conversas o aspecto positivo foi perceber o quanto esse assunto o distraía, desviando o foco de sua amargura. Do outro lado da linha sua fala quase rouca evoluía da gravidade para uma tímida descontração, o que já era por ele mesmo comemorado e reconhecido como um estímulo necessário para reagir ao quadro claramente depressivo.

Minha insistência, na verdade, suplantando minha cautela e a confessa timidez esteve mais amparada na pessoa do seu grande amigo, Adilson de Almeida, com quem, até aquele momento, eu também só havia falado pelo telefone. Atendendo à sugestão dele, que soou conotativamente como um pedido aos meus ouvidos, fui persuadido a manter quase que diariamente conversas com o Seu Almir, e me convenci de que o Adilson realmente estava coberto de razão. Sua leitura sobre o parceiro de tantas jornadas era correta. Era fundamental gerar naquele momento algum mecanismo de apoio ao companheiro que de um instante para outro fora afetado surpreendentemente pela parcial cegueira. Além de conhecer bem o Seu Almir, sua análise precisa e coerente passava pela maturidade e pelo conhecimento adquiridos na educação formal e na vida.

Chegado o dia programado estavam lá os dois a minha espera na casa do Almir. Demonstrando alguma reserva em seus questionamentos iniciais, Adilson não se conteve, no entanto, por muito tempo, permitindo-se uma manifesta euforia pela minha proposta de pesquisa. E não podendo permanecer, devido a um compromisso, colocou-se de forma sincera em favor do que mostrei como intenção, dispondo-se a contribuir com o que fosse necessário. Mestre em Ciências Sociais, ele elogiou minha iniciativa e revelou ter alguns guardados que julgava úteis ao meu intento. Não mais podendo escapar ao passar das horas, deixou-nos transparecendo o evidente desejo de continuar ali e participar da conversa. Seu momento, no entanto, não levaria muita espera, mas seria aguardado com muita expectativa.

Para aquele dia um clima cerimonioso havia sido preparado pelo anfitrião. Mesa posta com torradas, pastas, suco e refrigerante, além de café. Era uma tarde de terça-feira e da janela do segundo andar era possível notar a tamanha proximidade com o Morro de São Carlos. O prédio na Rua Santos Rodrigues está situado junto a uma escadaria que serve de acesso ao Morro. Segundo o Seu Almir, naquele “pedacinho de lugar” muita coisa vivenciou ao longo de sua trajetória. “Houve uma vez que o cara responsável por um carro alegórico deu mole, não sei se tava bêbado, o fato é que o carro veio descendo morro a baixo e foi um pandemônio!”.

Ele conta que naquele espaço – apontava para a rua em frente a sua casa – sempre houve muita agitação em matéria de samba. “A gente tinha um pagode aqui. Eu, Dominginhos, Lima, Xangô e Juca. Domingo ninguém podia nem andar aqui. Ficava cheio isso aqui, Aí o Acyr, que era o presidente da Estácio na época, com mais poder aquisitivo levou todo mundo nosso pra lá e fez o Pagode do Leão”.

Atualmente Seu Almir desfruta do descanso que lhe proporciona o singelo apartamento, adquirido com muito sacrifício, o que faz questão de salientar. Lamenta a perda recente da companheira, fiel em todos os momentos, sobretudo ao que se referia a Estácio. Sem esconder a saudade, em sua fala entremeada por um leve sorriso, revela que a esposa era quem mais “curtia” os dias de samba na quadra da escola. “Ela sentava lá no nosso cantinho, e dali só saía no final de

tudo.” A lembrança chega a fazê-lo rir, quando denuncia o quanto ela gostava de uma “cervejinha”. “Não sei se você já viu, mas lá tem o cantinho do Almir”. À esquerda de quem entra na quadra, logo depois do bar, há um espaço onde pode ser lida na parede a inscrição “Cantinho do Almir”, demarcando o lugar exclusivo deste que, certamente não à toa, recebe tamanho carinho e consideração.

A narrativa dele volta e meia era interrompida pela gentileza em me oferecer algo para beber ou comer. Nesses instantes que funcionavam como intervalos ele não se continha e acabava dando vazão ao incômodo por não poder me enxergar direito. Falava de sua peregrinação pelos hospitais, das consultas médicas, da incerteza nos diagnósticos e das possibilidades positivas e negativas. O sentimento pelo qual fui tomado beirou algo como estar abusando de sua condição. No entanto, ele mesmo admitia que aquela conversa, no fundo, era importante, pois o ajudava a não ficar pensando no problema, ainda que isso fosse muito difícil de evitar. Por isso ele falava dando vazão às suas lembranças.

“O Estácio era muito bom. A gente não precisava sair daqui pra nada. No máximo a gente ia até a Praça Onze, mas depois voltava e ficava aqui até de manhã, comendo cachorro quente de salsicha com limonada”. Era um tempo em que ainda ocorriam desfiles na Praça XI. Quanto ao pensamento que ele construiu a partir das experiências vividas e observadas com respeito à comunidade, não chega a ser muito animador. “Aqui você pensa em fazer alguma coisa o cara fica olhando pra ver no que vai dar. Se der certo o cara vem. Por isso que muita coisa aqui não vai pra frente”.

Isso me lembrou uma história contada pelo compositor Soneca sobre um pagode que ele idealizou e convocou várias pessoas a somarem com ele, cobrando um pequeno valor para viabilizar o evento. Ninguém se apresentou, mas no dia do tal pagode que se encontrava abarrotado de gente um daqueles tais que haviam subestimado a investida do Soneca chegou na portaria e indagou ao próprio se ele poderia entrar. A resposta no melhor estilo Soneca foi a seguinte: “Pode entrar, sim, mas vai levar pelo menos umas duas bordoadas com uma moca de madeira que tá ali no canto te esperando!”.

Por outro lado ele não deixa um só momento de reafirmar o seu amor pela escola que viu brotar no Morro e se constitui como a atual Estácio de Sá.

Entendendo que momentos do passado devem servir de espelho para o atual momento ele afirma: “Quando a Estácio era São Carlos, era chamada ioiô, a gente não se abatia, não. A gente descia num ano e no outro ano a gente subia de novo, sabe por quê? Sempre tivemos bateria boa, samba bom, a comunidade vinha forte, não tinha jeito!”.

Agora a Estácio havia ascendido, depois de tantos anos, ao grupo especial. Era hora de uma grande união e o espírito ao qual ele se referia. “Você vai ver como a escola vai chegar! Duvido se ela não vem grande! Se a comunidade abraçar mesmo a causa, olha, vai ser um grande carnaval!”.

Ao ser perguntado sobre sambas antigos do Morro, ele me cantou vários trechos de sambas que se encerravam no esquecimento e se emendavam em outros que por sua vez também não eram concluídos. Entretanto, ele sustenta que era grande a qualidade de muitos compositores e relembra um em especial, o Jorge Cabo. “Eu falava pro Jorge Cabo, você é o melhor compositor do mundo! Ele ria, mas eu gostava muito de um samba dele que dizia assim:”

Chegou a hora de ir pra balança pesar
Unidos estamos agora
Respeito, queremos morar
São Carlos chegoooou
São Carlos chegoooou
Eis o som da nossa bateria
As nossas pastoras cantando
Com tanta alegria
Peso é peso
Braço é braço
Vamos lembrar o Velho Estácio

A conversa foi prosseguindo e à medida que o assunto ia ganhando o passado Seu Almir transparecia certo relaxamento, confirmando o êxito do encontro. “É pena que eu não estou podendo, mas da próxima vez, em vez disso aí – apontava para a caixa de suco e a garrafa de refrigerante – vamos beber é uma cerveja. Aí é que eu vou lembrar de muita coisa mesmo!”. Rimos juntos desse momento de descontração, mas, intimamente, com toda certeza cada um de nós desejou que essa “próxima vez” pudesse se realizar o quanto antes e com a saúde dele restaurada.

Para aquele contato pessoal, apesar das circunstâncias do encontro, o resultado pôde ser considerado altamente profícuo. Se para ele trouxe algum conforto, alento, ou até mesmo mera distração, para mim trouxe uma tripla satisfação: realizar o trabalho de campo com sucesso, colaborar de alguma forma para o seu bem-estar, provocando-lhe boas sensações e, finalmente, conhecer uma pessoa encantadora, a quem teria eu imensa satisfação de me perder em horas de visitas sem fim, subindo e descendo o morro em sua companhia, em seus devaneios, vestido com as fantasias de tempos passados, tão bons de lembrar, impossíveis de esquecer.